

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA MESA DIRETORA E DA PRESIDÊNCIA DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM VILA JUVENAL KM 30 ACARÁ-PA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2024.

Ao sexto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas; conforme o Edital publicado no dia 03/12/2024, reuniram-se Ordinariamente, os membros da IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS, em seu Templo Sede, localizado na PA 252 km 30, Acará - PA, CEP: 68690.000. No uso da palavra o Presbítero JOSÉ FARIAS DA SILVA FILHO, louvou ao Senhor com os hinos 144, 147. e 305 da harpa cristã, e secretariando o ato o Sr. JOSÉ GABRIEL FERREIRA DA SILVA brasileiro, casado, lavrador, portador do CPF: 021.760.812-42, RG: 6487397 PC/PA, nascido em 29/01/1991 em Acará-PA, residente domiciliado na PA 252 km 30, município de Acará, Estado do Pará CEP:68690-000; Após a verificação da existência do quórum legal de 90% dos membros, declarou instalada a Assembleia Geral Ordinária juntamente com os membros e ministério do campo, conforme listagem de frequência anexada a esta ATA, foi lido a ordem do dia, para a qual fora convocado esta Assembleia Geral Ordinária e que tem o seguinte teor: a) posse do Pastor Presidente, da Nova Diretoria e Conselho Fiscal. Em seguida o Presbitero JOSÉ FARIAS DA SILVA FILHO passou a direção ao Pastor Supervisor e Presidente da Assembleia de Deus em Acará Pastor, PAULO SERGIO CABRAL, dando continuidade na reunião o Pastor leu um texto Bíblico em Salmos 133 e em seguida fez a posse da Nova Diretoria, eleita por aclamação e conselho fiscal da IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS - VILA JUVENAL KM 30 ACARÁ-PA, conforme determina o Estatuto Social da referida entidade no Artigo 22, ficando assim constituída a diretoria:

PASTOR PRESIDENTE DA IGREJA: Pastor LÚCIO SANTANA MAGNO, brasileiro, casado, ministro do evangelho, portador do CPF: 443.598.882-87, RG: 2185503 PC/PA, nascido em 06/06/1973, em CURUÇA residente domiciliado na PA 252 Vila Juvenal km 30, município de Acará, estado do Pará CEP:68690-000;

1º VICE-PRESIDENTE: Presbítero JOSÉ FARIAS DA SILVA FILHO brasileiro, casado, professor, portador do CPF: 933.209.142-00, RG: 5703017 PC/PA, nascido em 28/11/1986 em Belém do Pará, residente domiciliado na PA 252 Vila Juvenal km 30, município de Acará, estado do Pará CEP:68690-000;

1°TESOUREIRO: Presbitero THALYSON DANIEL FAGUNDES brasileiro, casado, lavrador, portador do CPF: 025.658.322-65, RG: 6608795 PC/PA, nascido em 03/03/1996 em Belém-PA, residente domiciliado na PA 252 km 34, município de Acará, estado do Pará CEP:68690-000;

2º TESOUREIRO: Presbítero JOSÉ DE ALMEIDA VIANA brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF: 089.650.132-91, RG: 5599607 PC/PA, nascido em 18/04/1954 em Acará-PA, residente domiciliado na PA 252 km 34, município de Acará, estado do Pará CEP:68690-000;

1º SECRETÁRIO: Auxiliar JOSÉ GABRIEL FERREIRA DA SILVA brasileiro, casado, lavrador portador do CPF: 021.760.812-42, RG: 6487397 PC/PA, nascido em 29/01/1991 em Acará-PA, residente domiciliado na PA 252 Vila Juvenal km 30, município de Acará, estado do Pará CEP:68690-000;

2º SECRETÁRIO: Diácono KADMIEL DOS SANTOS MAGNO, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF: 038.689.062-58, RG: 7722210 SSPPA, nascido em 22/11/1999 em Campina Grande-PB, residente domiciliado na PA 252 Vila Juvenal km 30, município de Acará, estado do Pará CEP:68690-000;

CONSELHO FISCAL: PRESIDENTE, CRISTINA LOPES DE OLIVEIRA SILVA, brasileira, casada, professora, portadora do CPF: 751.043.502-15, RG: 4727811 PC/PA, nascido em 08/05/1981 em Acará-PA, residente domiciliado na PA 252 Vila Juvenal km 30, município de Acará, estado do Pará CEP:68690-000;

RELATOR: Diácono CLAUDIO PAES DA SILVA, brasileiro, casado, lavrador, portador do CPF: 002.290.172-82, RG: 5693119 PC/PA, nascido em 16/12/1986 em Acara - PA, residente domiciliado na PA 252 km 34, município de Acara, estado do Pará CEP: 68690-000;

MEMBRO: Diácono JOSE GRIGORIO VIANA RODRIGUES, brasileiro, casado, lavrador, portador do CPF: 089.442.702-44, RG: 5795178 PC/PA, nascido em 28/03/1952 em Acará-PA, residente domiciliado na PA 252 Vila Juvenal km 30, município de Acará, estado do Pará CEP: 68690-000.

Vera

Krachint

Charles

Jose

Dich

André Koelho Rib Saltio Registrador Subs

SUPLENTE: Auxiliar SADOC LOPES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, lavrador, portador do CPF: 721.089.832-87, RG: 4483223 PC/PA, nascido em 08/05/1981 em Acará-PA, residente domiciliado na PA 252 Vila Juvenal km 30, município de Acará, estado do Pará CEP:68690-000

SUPLENTE: Diácono WANDERLEI BELÉM DA SILVA, brasileiro, viúvo, lavrador, portador do CPF: 563.159.372-68, RG: 2506078 PC/PA, nascido em 07/08/1968 em Acará-PA, residente domiciliado na PA 252 km31, município de Acará, estado do Pará CEP: 68690-000.

SUPLENTE: Diácono SILVIO PEREIRA VINAGRE, brasileiro, casado, lavrador, portador do CPF: 865.401.652-34, RG: 4972603 PC/PA, nascido em 05/12/1984 em Acara - PA, residente domiciliado na PA 252 Vila Juvenal km 30, município de Acara, estado do Pará CEP: 68690-000; Depois de anunciado a nova diretoria, foram postos em apreciação, sendo aprovado por unanimidade, deu-lhes imediata posse, para suas funções e atribuições que se iniciam nesta data. Ficando livre a palavra e como ninguém desejasse usá-la, o Pastor Supervisor suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, o que eu fiz como secretário. Depois de reaberta a sessão, a mesma foi lida e aprovada por unanimidade e segue assinada pelo pastor presidente da igreja Lucio Santana Magno, e por mim secretário Jose Gabriel Ferreira da Silva e demais membros que seguem abaixo. Não tendo mais nada a tratar, a Reunião Ordinária foi encerrada às vinte e uma horas e treze minutos

aveira José Gabriel Ferreira da Silva Secretário CPF: 021.760.812-42

Reconheço por Semelhança a firma de:

KADMIEL DOS SANTOS

00

Lúcio Santana Magno Presidente

CPF: 443.598.882-87

Taveira José Fari José Farias da Silva Filho Vice-presidente CPF: 933.209.142-00

Lopes de Vliveina Cristina Lopes de Oliveira Silva Presidente do Conselho Fiscal CPF: 751.043.502-15

ACARÁ-PA, 06 DE JANEIRO DE 2024.

Claudio Paes da Silva Relator CPF: 002.290.172-82

José Gabriel Ferreira da Silva Primeiro Secretário-CPF: 021.760.812-42

Jose Grigorio Viana Rodrigues Membro do Conselho Fiscal CPF: 089,442,702-44

Kadmiel dos Santos Magno Segundo Secretário CPF: 038.689.062-58

Sadoc Lopes de Oliveira Suplente

Thalyson Daniel Fagundes Primeiro Tesoureiro CPF: 025.658.322-65

Wanderlei Belém da Silva Suplente

CPF: 563.159.372-68

José de Almeida Viana Segundo Tesoureiro

CPF: 089.650.132-91

Silvid Pereira Vinagre CPF: 865.401.652-34

DUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório Taveira - Único Oficio de Acará/PA - Sede Avenida Comandante Pedro Vinagre, s/n, Ed. Pedro Paulo, 1º andar, bairro Centro, Acará, PA, CEP 68690000, Fone (91) 98587-9887 - email; cartoriotaveira@gmail.com

Antonio Alberto Taveira dos Santos - Tabelião e Registrador Titular André Coelho Ribeiro - Tabelião e Registrador substituto

000047

CERTIDÃO PELA AVERBAÇÃO

Certifico que a requerimento do senhor LUCIO SANTANA MAGNO, e de acordo com as atribuições legais que me são conferidas por Lei, em Cartório do Único Ofício de Serviço Notarial e de Registro desta Comarca de Acará, à Avenida Comandante Pedro Vinagre, s/n°, Edifício Pedro Paulo, 1º Andar, Bairro Centro, CEP: 68.690-000, nesta cidade de Acará-Pará, Estado do Pará - Brasil, referente ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, verifiquei constar em nome da IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS - VILA JUVENAL, localizada na PA 252, km 30, no Município de Acará/PA, CEP: 68.690-000, a AVERBAÇÃO da ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DE ELEICÃO E POSSE DA MESA DIRETORA E DA PRESIDÊNCIA DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM VILA JUVENAL KM 30 ACARÁ-PA REALIZADA EM 16 DE MARCO DE 2024, no livro A-13, às folhas 226 sob o número de ordem 1182, em 14 de fevereiro de 2025. Era o que constava até a presente data, sobre o que me foi requerido que passo por certidão. O referido é verdade e dou fé. /////

Acará, 14 de fovereiro de 2025

André Chelho Ribeiro

Tabelião e Registrador Substituto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARA SELO DIGITAL CERTOAO Nº: 002581911 - SERIE: A - SELADO EM: 14/02/2025

OTD ATO	EMOLUI	MENTOS	FRJ	FRC
	A A /	53,70	8,06	1,34

CARTÓRIO TAVEIRA - OFÍCIO ÚNICO DE ACARÁ/PA Registro de imóveis, civil, de pessoas jurídicas e de títulos e documentos. Tabellonato de notas e protesto.

REFORMA DO ESTATUTO DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS – CAMPO NOVA VIDA DAVILA JUVENAL – ACARÁ – PA CEP: 68690-000 000048

TÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE FORO, FINS Capítulo I – Denominação

Artigo 1°. A Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Campo Nova Vida da Vila Juvenal — Acará — Pará, fundada com base jurídica no Título II do Capitulo I, Artigo 5°, VI, VII e VIII da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05/10/1962, e Art. 44°, IV do Código Civil aprovado pela Lei nº 10.406 de 10/01/2002 com redação dada pela Lei 10.825/03, constitui-se pessoa jurídica de direito privado, de natureza religiosa, sem fins econômicos, tendo por finalidade precipua, a propagação do Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, fundamentado na Bíblia Sagrada, bem como a criação e manutenção de congregações com igrejas filiais, com a mesma finalidade a que se propõe a Igreja Central, de duração por tempo indeterminado, está unida as Igrejas congêneres da mesma fé e ordem no Brasil e no mundo, ligada fraternalmente a COMIEADEPA (Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus do Estado do Pará) e CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil).

Capítulo II - Sede e Foro

Artigo 2°. A Assembleia de Deus, Campo Nova Vida da Vila Juvenal – Acará – Pará, sediada na Rod. Acará – Mojú, km 30 da PA 252 – Vila Juvenal, n° 30, CEP: 68690-000 – Acará – Pará. Compreende a Igreja Central, e Congregações localizadas nesta localidade e arredores, podendo abrir e fechar Templos e Congregações no seu campo de ação e onde quer que se lhe ofereça oportunidade, desde que haja necessidade de se pregar o evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo e estabelecer novos templos.

Artigo 3°. Fica eleito o Foro de Acará – Pará, Sede do Município de Acará, para dirimir qualquer demanda jurídica referente a esta Igreja.

§1º - A organização religiosa encontra-se devidamente escrita no cadastro de pessoas jurídicas (CNPJ) sob o nº 09.026.8820001/39.

Capítulo III - Fins

Artigo 4°. Assembleia de Deus, Campo Nova Vida da Vila Juvenal – Acará – Pará, doravante neste Estatuto Social é designada simplesmente por "AD CAMPO NOVA VIDA".

Artigo 5° - AD CAMPO NOVA VIDA, tem por finalidade:

- I. Pregar e Expandir o Evangelho de Jesus Cristo no seu Templo Sede, nos Templos filiados (Congregações), em todo Estado do Pará, em todo Brasil e no Exterior, de acordo com as suas próprias conveniências e de conformidade com as Leis do País.
- II. Promover atividades culturais.

- III. Praticar a solidariedade entre seus membros e assistência espiritual, moral, material e social, de acordo com os princípios doutrinários contidos na Bíblia Sagrada e com as Leis do nosso país.
- IV. Reunir para cultuar a Deus e tratar os assuntos relacionados às suas finalidades.
- V. Consagrar, com a indicação do pastor presidente, homologado com o ministério Eclesiástico: Pastores e Evangelistas Locais, Presbíteros, Missionários e separar Diáconos e Auxiliares, conforme previsto em seu Regimento Interno, sendo os mesmos consagrados e

P +

ndrio (belho Ribe stelijo e legistrador Substi separados em reunião solene e aprovados em Assembleia Geral, os quais desempenharão suas funções sem ônus para a Igreja.

Artigo 6°. No exercício de suas finalidades filantrópicas a AD CAMPO NOVA VIDA, promove o bem-estar de seus assistidos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 7°. Dentro de suas possibilidades e especialidades a AD CAMPO NOVA VIDA, pode firmar contratos ou convênios com outras instituições congêneres ou afins para o melhor desenvolvimento de suas finalidades institucionais.

PARÁGRAFO ÚNICO – AD CAMPO NOVA VIDA pode, ainda no atendimento de suas finalidades institucionais, criar, congregar, orientar, assessorar e dirigir instituições que tenham por objetivo sua expansão, e educação, e a cultura.

Capítulo IV - Duração

Artigo 8°. A duração da AD CAMPO NOVA VIDA é por tempo indeterminado, e só será extinta nos casos legais quando:

§ 1° - Pela sua dissolução deliberada pela Assembleia Geral.

§ 2º- Caso se ocorra uma cisão, os bens patrimoniais da Igreja, passarão a posse da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará - COMIEADEPA, para serem entregues ao grupo que permanecer fiel a este Estatuto e aos princípios da Igreja, após decisão deste colegiado.

§ 3° - Em caso de dissolução da AD CAMPO NOVA VIDA, os seus bens e salvo remanescentes, pertencerão aos Crentes Fiéis que estejam em comunhão, ou a critério da Assembleia Geral que deliberou sobre a referida dissolução.

TÍTULO II – CONSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS. Capítulo I – Constituição

Artigo 9°. A ASSEMBLEIA DE DEUS, CAMPO NOVA VIDA DA VILA JUVENAL – ACARÁ – PARÁ, foi fundada nesta Vila no dia 03 do mês de outubro do ano de 1968, como congregação do campo da Assembleia de Deus em Acará, com autonomia concedida pela COMIEADEPA no dia 20 de dezembro de 1997, fundado pelo Pastor Izaque Vaz e rege-se pelo presente Estatuto Social e pela Legislação Brasileira.

Capítulo II - Organização

Artigo 10°. AD CAMPO NOVA VIDA é organizada por pessoas que aceitam voluntariamente as suas doutrinas e disciplinas, sem distinção de idade, sexo, condição social, financeira ou nacionalidade, uma vez convertida à fé cristã, sendo batizadas nas águas por imersão, conduta compatível com a moral evangélica e esteja devidamente inscrita no cadastro de membros da Igreja e/ou oriundas de outras, da mesma fé sendo recebidos com Carta de Mudança ou por Aclamação, obedecendo as normas e princípios doutrinários da Igreja.

§ 1° - Perderá sua condição de membro, inclusive seu cargo e função, se pertencente à Diretoria ou ao Ministério, aquele que:

Solicitar seu desligamento ou transferência para outra igreja;

II. Abandonar a igreja;

III. Não cumprir seus deveres expressos neste estatuto e as determinações da administração geral;

() · · · ·

André Coatho Ribei Tarella de legistrador Substit

CARTORIO TAVEIRA - OFICIO UNICO DE ACARA/PA Registro de imóveis, civil, de pessoas jurídicas e de títulos e documentos. Tacelionato de notas e protesto.

- Promover dissidência manifesta ou se rebelar contra a autoridade da igreja e Ministério da IV. 000050 AD CAMPO NOVA VIDA:
- Vier a falecer; V.
- O membro que não viver de acordo com as doutrinas da Bíblia Sagrada, praticando: VI.
 - A. O adultério (Ex 20. 14);
 - B. A fornicação (Ex 20. 14);
 - C. A prostituição (Ex 20. 14);
 - D. O homossexualismo (Lv 18. 22; 20. 13; Rm 1.26-28);
 - E. Relação sexual com animais (Lv 18. 23-24);
 - F. O homicídio, e sua tentativa (Ex 20. 13; 21. 18-19);
 - G. O furto ou o roubo (Ex 20. 15);
 - H. Crime previsto pela lei, demonstrado pela condenação em processo próprio e trânsito em julgado (Rm 13. 1-7);
 - I. Rebelião (I Sm 15. 23);
 - J. A feitiçaria e suas ramificações (Ap 22.15; Gl 5.19).
 - K. Jogos de azar ou porfias (Is 55.2; Gl 5.20)
 - L. Pedofilia;

M. Falso testemunho.

§2º - Não terá nenhum direito patrimonial ou financeiro, qualquer membro que for desligado da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Campo Nova Vida da Vila Juvenal, seja a que título for.

PARAGRAFO ÚNICO: A IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS, CAMPO NOVA VIDA DA VILA JUVENAL - ACARÁ - PARÁ, não admite nem celebra, sob nenhuma hipótese, união estável ou casamento entre pessoas homossexuais ou transexuais, de acordo com PL 1411/11.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Capítulo III - Das Responsabilidades

Artigo 11°. É de competência do Pastor Presidente, representar a AD CAMPO NOVA VIDA judicial e extrajudicialmente.

Artigo 12°. O Pastor Presidente, não responde, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelos membros da AD CAMPO NOVA VIDA.

Capítulo IV - Direitos e Deveres dos Membros

Artigo 13º. A Igreja terá número ilimitado de membros, os quais são admitidos na qualidade de crentes em Nosso Senhor Jesus Cristo, sem discriminação de sexo, nacionalidade, cor, condição social ou política, desde que aceitem voluntariamente as doutrinas e a disciplina da igreja, com bom testemunho público, batismo em águas por imersão, tendo a Bíblia Sagrada como única regra infalível de fé normativa para a vida e formação cristã.

Artigo 14°. São direitos dos membros:

Receber orientação e assistência espiritual; I.

Participar dos cultos e demais atividades desenvolvidas pela igreja; II.

Tomar parte das assembleias ordinárias e extraordinárias desde que estejam em comunhão III. (com o Pastor, com o Ministério, com a Igreja, com a Diretoria e que esteja em dias na devolução de Dízimo e contribuição em forma de ofertas);

CARTORIO TAVEIRA - OFICIO UNICO DE ACARA/PA Registro de imóveis, civil, de pessoas jurídicas e de títulos e documentos. Tabelionato de Aojas e pratesto.

Votar e ser votado, se estiver em perfeita comunhão (em reuniões plenárias das Assembleias IV. Gerais da Igreja e usar da palavra sem contrariar a Palavra de Deus e a boa ordem, sob pena de esta lhe ser caçada):

Solicitar carta de recomendação ou mudança, desde que esteja em paz ou comunhão com a V.

Igreja;

Solicitar cartão de membro, desde que esteja em plena comunhão com a Igreja, obedecendo VI. integralmente os princípios Bíblicos descritos no artigo 10, inciso VI.

Artigo 15°. São deveres dos membros:

Cumprir o estatuto e o Regimento Interno, bem como as decisões ministeriais, pastorais e das assembleias;

- Contribuir, voluntariamente, com seus dízimos e ofertas, inclusive com bens materiais em II. moeda corrente ou espécie, para as despesas gerais da igreja, educação cristã, atendimentos sociais, socorro aos comprovadamente necessitados, missionários, propagação do evangelho, empregados a serviço da igreja e aquisição de patrimônio e sua conservação;
- Comparecer as Assembleias, quando convocados; III.

Zelar pelo patrimônio moral e material da igreja; IV.

Prestigiar a igreja, contribuindo voluntariamente com serviços para a execução de suas V. atividades espirituais e seculares;

Rejeitar movimentos ecumênicos discrepantes dos princípios bíblicos adotados pela igreja; VI.

Frequentar a igreja e cuidar com habitualidade; VII.

Abster-se da prática de ato sexual, antes do casamento ou extraconjugal. VIII.

Obedecer às doutrinas preconizadas na Bíblia Sagrada, bem como as orientações pastorais e IX. ministeriais.

Parágrafo Único: Aqueles que por qualquer infração que contraria a Bíblia Sagrada e o Estatuto e forem desligados, poderão ser readmitidos, pelo perdão, desde que não esteja respondendo nenhum processo judicialmente.

Capítulo V – Procedimento disciplinar dos Membros

Artigo 16°. Ao membro acusado de infração deste estatuto, é assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes.

§ 1°. Instaurar-se-á o procedimento disciplinar mediante denúncia que conterá a falta praticada pelo denunciado, a indicação das provas e a assinatura do denunciante dirigida ao pastor da igreja que, ato contínuo, determinará pela abertura do de procedimento disciplinar.

§ 2º. Instaurado o procedimento disciplinar, o acusado será notificado do ato, para querendo,

exercer o seu direito de ampla defesa.

§ 3º. Não serão objeto de prova os fatos notórios, incontroversos ou confessados.

§ 4º. O membro só será considerado culpado após o trânsito em julgado da decisão administrativa devidamente apurada em todas as instâncias cabíveis.

Artigo 17°. Os membros do Ministério da Igreja, cumulativamente, exercem em 1ª (primeira) instância, a função de Órgão Disciplinar.

§ 1º. As condições expressas nos artigos 10º e 15º, incisos e alíneas deste Estatuto, são faltas que ensejam a abertura do procedimento disciplinar contra todos os membros da Igreja.

§ 2º. Sendo o acusado membro da Diretoria ou do Ministério da Igreja, far-se-á a comunicação da decisão ao plenário da mesma, e nas reuniões de assembleias gerais e nos cultos de ensino, o desligamento do membro considerado culpado e passivo de disciplina, nos termos previstos neste Estatuto.

§ 3°. Da decisão que desligar membro da Igreja, caberá recurso à Assembleia Geral Extraordinária, desde que requerido pelo membro desligado, em pedido dirigido ao Presidente da Igreja, no prazo não superior a trinta (30) dias contados da comunicação da respectiva punição.

CARTÓRIO TAVEIRA - OFÍCIO ÚNICO DE ACARÁ/PA Registro de imóveis, civil, de pessoas jurídicas e de títulos e documentos. Tabelional para projesto.

§ 4. Ensejam motivos para abertura do procedimento disciplinar contra os integrantes do Ministério da Igreja (pastores, evangelistas locais, presbíteros, missionários, diáconos e demais responsáveis por Departamentos, Conselhos, Institutos, Centros, secretarias e outros órgãos de apoio) as faltas previstas no artigo 10° incisos e alíneas, além destas, mais as seguintes:

A desidia no desempenho das atribuições eclesiásticas;

II. O descumprimento das decisões administrativas;

III. A improbidade administrativa;

IV. A prevaricação.

- § 5°. Uma vez instaurado o procedimento disciplinar, o membro do Ministério da Igreja denunciado será afastado de suas funções, até a decisão final.
- § 6°. Tratando-se de acusação contra o Pastor Presidente da Igreja, evangelista e pastor membro da COMIEADEPA, o Ministério, se houver necessidade, através de uma comissão, notificará a COMIEADEPA para as providências legais e cabíveis.
- § 7°. Os membros da Igreja, inclusive os que compõem o quadro ministerial, independentemente do cargo ou função que ocupe em favor desta, estão sujeitos às seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Suspensão;

III. Desligamento.

§ 8º. Por decisão da Assembleia Geral, será permitida a readmissão do membro, mediante pedido de reconciliação e nova proposta de aceitação das condições previstas no art. 5 e incisos.

§ 9°. As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV, do § 4, acima, serão dosadas e aplicadas de acordo com a gravidade da falta.

TÍTULO III – DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO Capítulo I – Do Patrimônio

Artigo 18°. O Patrimônio da AD CAMPO NOVA VIDA, será constituído de: doações, legados, bens móveis, imóveis e semoventes, ou bens que possua, ou que venha possuir, registrados em seu nome e utilizados tão somente na consignação de seus fins.

§ 1°. Os bens móveis e imóveis da Igreja, não poderão ser alienados, gravados, vendidos ou doados sem autorização expressa da Assembleia Geral e Ministério especialmente convocada para este fim, e com a aprovação da maioria de seus membros presentes, em plena comunhão com a Igreja.

§ 2º. É defeso a COMIEADEPA e a CGADB intervir na administração da AD CAMPO NOVA VIDA DA VILA JUVENAL, bem como responder subsidiariamente pelas obrigações de sua tesouraria, deveres eclesiásticos sociais e Patrimoniais.

Artigo 19°. Fica vedado aos líderes, membros, congregados ou quaisquer pessoas, pôr em seu próprio nome qualquer bem adquirido com recursos da Igreja.

Artigo 20°. É vedado aos que administram as finanças da Igreja, emprestar a terceiros ou fazer uso do dinheiro da Igreja em benefício próprio, sob pena de responsabilidade civil.

Capítulo II - Da Receita

Artigo 21°. A Receita da AD CAMPO NOVA VIDA, será constituída de Contribuições voluntárias, tais como, dízimos, ofertas, doações ou quaisquer outras contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, bem como:

Anuidades, taxas, emolumentos e contribuições escolares;

II. Rendas de seus bens ou serviços;

Receitas decorrentes de contratos ou convênios de prestação de serviços;

CHAN

P 40:

André Coelho Ribe Pabe To Aregistrador Substi De auxílios e subvenções dos poderes públicos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As receitas da AD CAMPO NOVA VIDA, serão aplicadas exclusivamente na consignação de seus fins.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A AD CAMPO NOVA VIDA, contribui mensalmente de forma voluntaria com 2% (dois por cento) da sua receita bruta para a COMIEADEPA.

TÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DA IGREJA Capítulo Único – Das Atribuições da Igreja

Artigo 22°. São atribuições da Igreja:

 Promover por todos os meios ao seu alcance o entendimento e cooperação com os poderes públicos, representados pelas autoridades constituídas do país, bem como, manter o espírito de colaboração e solidariedade;

II. Realizar Congressos, Conferências, Retiros, Seminários, Reuniões e Encontros para deliberação de matéria de ordem espiritual e doutrinária, e podendo formular convites a outras Igrejas da mesma fé e ordem.

III. Oferecer e desenvolver formação Teológica e secular em seus vários graus.

TÍTULO V – DAS ASSEMBLEIAS GERAIS Capítulo Único – Das Assembleias

Artigo 23°. A Assembleia Geral é constituída por todos os membros da Igreja que não estejam sofrendo restrições de seus direitos na forma prevista neste estatuto; é o órgão máximo e soberano de decisões, com poderes para resolver quaisquer negócios da Igreja, inclusive, decidir, aprovar, reprovar, ratificar ou retificar os atos de interesse da Igreja realizados por qualquer órgão da mesma e suas Congregações, presidida pelo Pastor Presidente, e as deliberações serão tomadas pela maioria simples de voto ou aclamação, salvo disposições em contrário previstas neste Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO – A convocação far-se-á mediante aviso de púlpito e edital de convocação no local de avisos das congregações, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Artigo 24°. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez ao ano, toda última segunda-feira do mês de janeiro, e, extraordinariamente, quando necessário, a ser definida em edital, conforme Parágrafo único do Art. 23.

Artigo 25°. É de competência da Assembleia Geral Ordinária anual;

- Apreciar e discutir, uma vez ao ano civil, o relatório anual de atividades da AD CAMPO NOVA VIDA;
- II. Eleição e posse da diretoria executiva de administração e Conselho Fiscal, quando for o caso, exceto o pastor presidente;

III. Dar posse a diretoria e demais lideranças constituídas, quando for o caso.

Artigo 26°. É de competência da Assembleia Geral Extraordinária;

I. Decidir sobre medidas disciplinares a serem aplicadas aos membros quando solicitados, bem como suas reabilitações, quando de direito;

II. Receber membros oriundos de outras Igrejas de mesma fé e ordem;

III. Tratar de assuntos administrativos, reabilitar, consagrar, separar e apresentar obreiros.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá, a qualquer tempo, para tratar de assuntos urgentes de legítimo e exclusivo interesse da AD CAMPO NOVA VIDA,

AMA)

AniVé Coell abello registr

CARTÓRIO TAVEIRA - OFÍCIO ÚNICO DE ACARÁ/PA Registro de imóveis, civil, de pessoas jurídicas e de títulos e documentos. Tabelionato de total e protesto.

inclusive para alterar e reformar o presente Estatuto, e/ou nos casos que justifiquem a referida convocação especial.

Artigo 27°. A direção das Assembleias Gerais caberá ao Pastor presidente.

TÍTULO VI – ADMINISTRAÇÃO Capítulo. Único – Dos Órgãos Administrativos

Artigo 28°. A Diretoria Executiva de Administração é o órgão deliberativo, constituído por 07 (sete) membros:

I. Presidente;

- II. 1° Vice-Presidente;
- III. 2° Vice-Presidente;
- IV. Primeiro Secretário (a);
- V. Segundo Secretário (a);
- VI. Primeiro Tesoureiro (a);
- VII. Segundo Tesoureiro (a);

Artigo 29°. A Igreja terá um Ministério integrado por um Pastor Presidente, dois vice-presidentes, Pastores Auxiliares, Pastores Locais, Evangelistas Convencionais, Evangelistas Locais, Presbíteros, Missionários(as), Diáconos e dirigentes de Congregações.

PARÁGRAFO ÚNICO – As reuniões do Ministério serão presididas pelo Pastor Presidente quando tratar-se de assuntos da Administração ou pelo vice-presidente, quando for de interesse do Pastor Presidente.

Artigo 30°. O Presidente da AD NOVA VIDA deve ser filiado a COMIEADEPA – Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Estado do Pará.

§ 1°. O mandato do Pastor Presidente é por tempo indeterminado, por ser sua chamada de ordem divina.

Artigo 31°. O Pastor Presidente ficará livre para disvincularização ou mudança no tempo em que sinta ser a vontade de Deus, sair para outro campo.

Artigo 32°. Os Vice-Presidentes devem ser indicados pelo Pastor Presidente e, homologado em Assembleia Geral.

Artigo 33°. O Primeiro Secretário (a), o Segundo Secretário (a); o Primeiro Tesoureiro (a), o Segundo Tesoureiro (a) serão indicados pelo Pastor Presidente, após consulta ao Conselho Eclesiástico, com o apoio do Ministério e homologado pela Assembleia Geral.

§ 1º. Os membros da Diretoria Executiva, com exceção do Presidente, cujo mandato é por tempo indeterminado, serão indicados pelo Pastor Presidente, após consulta ao Conselho Eclesiástico e homologados em assembleia geral administrativa, e empossados imediatamente para mandato de 02 (dois) anos, permitida recondução.

§ 2°. O Pastor Presidente poderá convocar Assembleia Geral Extraordinária para substituir, total ou parcial, os membros do Conselho de Administração, quando se fizer necessário.

§ 3º. Os membros do Conselho de Administração exercerão suas funções sem qualquer remuneração, com exceção do Pastor Presidente, que deve ser mantido de forma absoluta, pela Igreja.

Andre Coelvo Ribeiro Tabelia e Registrador Substituto # P.

Registro de Imóveis, civil, de pessoas jurídicas e de títulos e documentos. Tabelional de possoas protesto.

Artigo 34°. A posse da Diretoria será datada em Assembleia Geral e exarada em ata da referida Assembleia.

Artigo 35°. É de competência do Pastor Presidente:

- I. Orientar espiritualmente a Igreja e a direção dos Cultos a Deus;
- II. Convocar e presidir as Assembleias Gerais da Igreja;
- Autorizar as despesas administrativas da Igreja;
- IV. Assinar transmissão financeira com o tesoureiro (a) e estar sempre informando sobre o movimento financeiro;
- V. Assinar as Atas das Assembleias Gerais da Igreja, depois de lidas e aprovadas;
- VI. Apresentar a Assembleia Geral anualmente relatórios das atividades administrativas da Igreja;
- VII. Indicar, quando necessário, membros do Conselho Eclesiástico, Diretoria Executiva ou do Ministério para representar a AD CAMPO NOVA VIDA;
- VIII. Ser solicito com os membros da AD CAMPO NOVA VIDA;
 - IX. Supervisionar as Congregações e os Ministérios (Departamentos);
 - X. Constituir advogados, conferindo-lhes os poderes que lhe julgar necessários, inclusive especiais, de transigir, confessar, desistir, firmar compromisso, receber, dar quitações e substabelecer:
 - XI. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em conjunto com o Primeiro (a) Tesoureiro
- XII. Escolher, dentre os membros em comunhão Evangelistas, Presbíteros, Missionários, Diáconos e Auxiliares ou Cooperadores;
- XIII. Nomear comissões para recuperação e reabilitação de membros faltosos;
- XIV. Criar Departamentos, Ministérios, Comissão, Equipes, assessorado pelo Conselho Eclesiástico;
 - XV. Indicar o Diretor Geral ou Coordenador e o Diretor de Ministérios de Departamento e Escolas:
- XVI. Presidir a posse solene dos dirigentes das Congregações ou indicar um substituto em seus impedimentos;
- XVII. Solicitar ao Tesoureiro (a) cópia do Balancete e esclarecimento financeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de afastamento necessário do Pastor Presidente para averiguação de fatos imputados, garantindo ao mesmo os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório, e em caso de doença a Igreja viabilizará a manutenção do mesmo.

Artigo 36°. É vetado ao Pastor Presidente, contrair dívidas em nome da Igreja no valor superior à 40 (quarenta) salários-mínimos em vigente no país sem a autorização do Ministério e Assembleia Geral.

Artigo 37°. É de competência do Vice-Presidente pela ordem:

- I. Substituir, interinamente, o Presidente em suas ausências ou impedimentos ocasionais;
- II. Auxiliar o Presidente no que for necessário.
- III. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e Regimento Interno.

Artigo 38°. A vacância ocorrerá nos seguintes casos: jubilação ou aposentadoria por invalidez, morte, renúncia, abandono, desligamento da Igreja por transgressão administrativa ou espiritual devidamente apurada e confirmada.

Paragrafo Primeiro — Ocorrendo à vacância da presidência, o Vice-Presidente por ordem, assumirá o cargo por 15 (quinze) dias e, em concordância com o Ministério e a Igreja, indicará o nome do membro convencional para ocupar a presidência.

Ancré Ostho Ribeiro Tabelião e Registrador Substituto

A A

de de

8

Paragrafo Segundo – Em caso de falecimento do Pastor Presidente, o Ministério e a Igreja deverão assistir a esposa (viúva) do mesmo, com o valor monetário de um salário mínimo e meio, subtraído da receita mensal descrita no artigo 21°, até que a mesma se estabilize e tenha condições de manterse. O cessar de tal assistência deve ser acordado com o Ministério e Assembleia Geral e pode chegar até 12 meses, desde que a mesma (viúva) se mantenha fiel aos princípios bíblicos designados neste Estatuto.

Artigo 39°. É de competência do (a) Primeiro (a) Secretário (a):

- I. Redigir, lavrar e assinar as Atas das Assembleias Gerais;
- II. Manter em boa ordem os arquivos e documentos da AD CAMPO NOVA VIDA;
- III. Manter atualizado o rol de membros da AD CAMPO NOVA VIDA;
- IV. Fazer o expediente da correspondência oficial, avisos, circulares e lavrar as Atas das Reuniões da Diretoria.

Artigo 40°. É de competência do (a) segundo (a) Secretário (a):

- I. Auxiliar o(a) Primeiro(a) Secretário(a) e substitui-lo em seus impedimentos;
- II. Assessorar o(a) Primeiro(a) Secretário(a).

Artigo 41°. É de competência do (a) Primeiro (a) Tesoureiro (a):

I. Receber, depositar e escriturar a receita da AD CAMPO NOVA VIDA, descrita no artigo 21º e incisos, efetuar pagamentos, quando autorizado (a) pelo Pastor Presidente;

II. Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes mensais e o Balanço Anual;

- III. Abrir, movimentar e liquidar contas em Bancos, em nome da AD CAMPO NOVA VIDA, em conjunto com o Pastor Presidente;
- IV. Assinar com o Pastor Presidente, escrituras de compras e vendas de bens de qualquer natureza, sempre que autorizados pela Assembleia Geral;
- V. Conservar sob sua guarda e devidamente atualizados os documentos e livros referentes ao movimento financeiro da tesouraria;

VI. Apresentar balancetes mensais e anuais à Assembleia Geral;

VII. Ter sempre para pronto atendimento recibos, envelopes e tudo mais que se fizer necessário para fornecer aos membros da AD CAMPO NOVA VIDA e incentivá-los à prática da contribuição.

Artigo 42°. É de competência do (a) segundo (a) Tesoureiro (a):

I. Auxiliar e Assessorar o (a) Primeiro (a) Tesoureiro (a) e substitui-lo (a) em seus eventuais impedimentos.

Artigo 43°. A AD CAMPO NOVA VIDA, tem como órgãos Auxiliares que assessoram a administração:

I. Conselho Fiscal;

- II. Conselho Eclesiástico;
- III. Conselho de Educação e Cultura;
- IV. Departamento de Patrimônio;

Artigo 44°. O Conselho Fiscal é órgão auxiliar da Administração da AD CAMPO NOVA VIDA na análise de suas finanças.

Artigo 45°. O conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, indicados pelo Pastor Presidente, e após consulta ao Conselho Eclesiástico, com o apoio do Ministério e homologado pela Assembleia Geral, com mandatos coincidentes com a Diretoria executiva de Administração e é formado por:

Anché Cheno Ribeiro Tabella e Rossipador Substituto



CARTÓRIO TAVEIRA - OFÍCIO ÚNICO DE ACARÁ/PA Registro de imóveis, civil, de pessoas jurídicas e de títulos e documentos. Tabellonato de notas e protesto.

- I. Presidente:
- II. Relator;
- III. Membro:
- IV. 1º Suplente;
- V. 2º Suplente;
- VI. 3° Suplente.

Artigo 46. É de competência do Conselho Fiscal:

- I. Fiscalizar a Contabilidade da Tesouraria;
- II. Fiscalizar todos os atos administrativos concernentes as finanças;
- III. Emitir, em Assembleia Geral, parecer expresso sobre a prestação de contas e o relatório mensal e anual da tesouraria;
- IV. Supervisionar mensalmente os recursos financeiros sob a responsabilidade da tesouraria.

Artigo 47. O Conselho Eclesiástico é órgão normativo de natureza administrativa, jurisdicional e de planejamento e política religiosa, sendo constituído pelos seguintes membros:

- I. Pastor Presidente:
- II. 1° Vice-Presidente;
- III. 2° Vice-Presidente;
- IV. Pastores Auxiliares (Convencionais);
- V. Evangelistas Auxiliares (Convencionais);
- VI. Evangelistas e Pastores Locais;
- VII. Presbiteros;

§ 1°. Os membros do Conselho Eclesiástico de que trata os incisos de III, VI, V e VI, serão escolhidos pelo Pastor Presidente, com anuência do Ministério Geral para o desenvolvimento das atividades da AD CAMPO NOVA VIDA, por tempo indeterminado, até a conveniência das atividades votada em Assembleia Geral a dissolução do referido Conselho.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os Missionários, Dirigentes, Diáconos, Auxiliares ou cooperadores do trabalho, tomarão parte nas reuniões do Conselho Eclesiásticos quando convocados pelo Pastor Presidente.

Artigo 48°. Ao Conselho Eclesiástico compete:

- I. Prestar assessoramento especial ao Pastor Presidente e a Diretoria Executiva de Administração;
- II. Tratar e cooperar nos assuntos de natureza ministerial e eclesial;
- III. Zelar pela probidade da Igreja, mantendo a união e a unidade espiritual;

Artigo 49. O Conselho de Educação e Cultura é órgão auxiliar da Administração da AD CAMPO NOVA VIDA, de caráter Educacional e Cultural, visando o planejamento, orientação e avaliação do Ensino Teológico (Religioso) e secular em todos os seus níveis (Graus), podendo ter denominação própria; rege-se pelo presente Estatuto por regimento interno sendo constituído pelos seguintes membros:

- I. Pastor Presidente:
- II. Diretor (a);
- III. Vice-diretor (a);
- Coordenador (a) pedagógico;
- V. Secretário (a);
- VI. Relator (a).

André Como Ribeiro

CARD.

A 40:

PARÁGRAFO ÚNICO: Os membros do Conselho de Educação e Cultura é órgão auxiliar da Administração da AD CAMPO NOVA VIDA, de que trata os incisos de II, III, VI, V e VI, serão escolhidos pelo Pastor Presidente, com anuência do Ministério Geral para o desenvolvimento das atividades da AD CAMPO NOVA VIDA, por tempo indeterminado, até a conveniência das atividades votada em Assembleia Geral a dissolução do referido Conselho.

Artigo 50°. Ao Conselho de Educação e Cultura compete:

- I. Prestar assessoramento pessoal na área de Educação e Cultura ao Pastor Presidente, Conselho Administrativo, Departamentos, Secretarias e Comissões;
- II. Orientar e Dirigir os trabalhos e ações da AD CAMPO NOVA VIDA no que tange a Educação garantindo melhoria na qualidade no Ensino;
- III. Acompanhar e avaliar o desempenho das Escolas face às diretrizes, prioridade e ações estabelecidas no plano de educação em todos os seus níveis ou aspectos na área religiosa e secular; Planejar Cursos, Seminários, Simpósios, Conferências e Palestras que venham contribuir no aperfeiçoamento Educacional e Cultural da Igreja;
- IV. Auxiliar na Coordenação de Escolas, Institutos e Faculdades Teológicas e Seculares;
- V. Orientar na abertura de novas Instituições de Ensino Teológico e Secular, bem como as existentes.
- VI. Fundar e coordenar Escolas, Institutos e Faculdades Teológicas e Seculares.

Artigo 51°. O mandato dos membros da diretoria do Conselho de Educação e Cultura é de um (02) anos, podendo serem reeleitos para mais um período administrativo.

Artigo 52°. É de competência do Departamento de Patrimônio:

- I. Prestar assessoramento pessoal na área de patrimônio ao Pastor Presidente, a Diretoria Executiva;
- II. Manter sempre em ordem os arquivos e pastas de móveis e imóveis (inventário) com registro de entradas e saídas de bens adquiridos ou que venham a ser adquiridos pela AD CAMPO NOVA VIDA, sendo constituído pelos seguintes membros:
- I. Diretor (a);

- II. Vice-diretor (a);
- III. Secretário (a);

PARÁGRAFO ÚNICO: Os membros do Departamento de Patrimônio da AD CAMPO NOVA VIDA, de que trata os incisos de I, II, e III, serão escolhidos pelo Pastor Presidente, com anuência do Ministério da Igreja.

TÍTULO VII – DOS DEPARTAMENTOS <u>Capítulo Único - Dos Departamentos</u>

Artigo 53°. Os Ministérios (Departamentos), Secretaria, Centros são órgãos da AD CAMPO NOVA VIDA, que auxiliam nos campos: Evangelístico, Espiritual, Social, Educacional e Cultural.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Ministérios (Departamentos), Secretarias, Centros, Institutos, Assessoria Jurídica, Equipes e Comissões são criados pelo Pastor Presidente, assessorado pelo conselho eclesiástico, com anuência do Ministério Geral e homologado em Assembleia Geral, para o desenvolvimento das atividades da AD CAMPO NOVA VIDA.

Artigo 54°. A Diretoria de cada Departamento será composta de um Supervisor, Diretor, Coordenador indicado pelo Pastor Presidente com anuência do Ministério da Igreja.

I. Primeiro Líder Titular (a);

II. Segundo Líder Titular (a);

André Courb Ribeiro Tabelião e Registrador Substituto Andrew .

A.

11

III. Primeiro (a) Secretário (a)

IV. Segundo (a) Secretário (a);

V. Primeiro (a) arrecadador (a);

VI. Segundo (a) arrecadador (a);

VII. Relações Públicas e outros (a)

CARTÓRIO TAVEIRA - OFÍCIO ÚNICO DE ACARÁ/PA Registro de imóveis, civil, de pessoas jurídicas e de títulos e documentos. Tabelionato de notas e protesto.

Artigo 55°. Os Líderes dos Departamentos que não aceitarem as normas e diretrizes da AD CAMPO NOVA VIDA, serão afastados de suas funções, havendo novas indicações para os preenchimentos das mesmas, estando às medidas disciplinares cabíveis ao conselho eclesiástico e Ministério Geral.

TÍTULO VIII – DOS SETORES E DAS CONGREGAÇÕES Capítulo I – Dos Setores

Artigo 56°. Os Setores são grupos de congregações, administrados por Pastores Auxiliares, Evangelistas Auxiliares, Evangelistas Locais, Pastores Locais e Presbíteros, subordinados ao Pastor Presidente, sendo demarcados por limite e homologado em Assembleia Geral.

Artigo 57°. Os Setores serão criados e demarcados por conveniência administrativa do campo AD CAMPO NOVA VIDA, após reunião do conselho eclesiástico, com a aprovação do Ministério e homologado pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os Administradores dos Setores poderão ser substituídos antes do prazo previsto em caso de desobediência às doutrinas bíblicas, visão da igreja, normas do Estatuto e Regimento Interno, por conveniência do trabalho ou conforme necessidade.

Capítulo II - Das Congregações

Artigo 58°. As Congregações serão administradas por: Pastores Auxiliares, Evangelistas Auxiliares, Evangelistas e Pastores Locais, Presbíteros e Diáconos subordinados ao Pastor Presidente, sendo demarcados por limite e homologado em Assembleia Geral.

Artigo 59°. Os Dirigentes ficarão à frente das Congregações pelo período de 03 (três) meses a 01 (um) ano, em regime de rodízio, podendo serem mantidos no cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os dirigentes poderão serem substituídos antes do prazo previsto em caso de falta de dedicação, desobediência as Doutrinas Bíblicas, Normas do Estatuto e Regimento Interno ou por conveniência do trabalho.

TITULO IX – DOS EVANGELISTAS E PASTORES LOCAIS, MISSIONÁRIOS, PRESBÍTEROS, DIÁCONOS e COOPERADORES <u>Capítulo I – Dos Evangelistas, Pastores, Missionários e Presbíteros</u>

Artigo 60°. Os Evangelistas e Pastores locais, Missionários e Presbíteros serão escolhidos pelo Pastor Presidente dentre os membros em comunhão, que preencham os requisitos bíblicos, e tenham o domínio da palavra de Deus e Proativos, sendo para esta função consagrados perante a Assembleia Geral.

Artigo 61°. É de competência dos Evangelistas e Pastores locais, Missionários e Presbíteros:

I. Auxiliar o Pastor Presidente na Pregação da Palavra de Deus;

II. Dar assistência aos membros e congregados;

III. Participar das comissões nomeadas pelo Pastor Presidente.

André Coerro Ribeiro Tabeliab e Registrador Substituto

AAS

A A:

Registro de imóveis, civil, de pessoas jurídicas e detítulos e documentos. Tabellogato de notas e protesto.

- IV. Cumprir todos os encargos atribuídos pelo Pastor Presidente, e do seu chamado ministerial;
- V. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.

PARAGRAFO ÚNICO – É de competência da COMIEADEPA, autorizar, consagrar e ordenar Pastores e Evangelistas Convencionais.

Capítulo II - Dos Diáconos e Cooperadores

Artigo 62°. Os Diáconos e Cooperadores serão escolhidos pelo Pastor Presidente dentre os membros em comunhão, que preencham os requisitos bíblicos, tendo o domínio da palavra de Deus e proativos, sendo para esta função separados ou apresentados perante a Assembleia Geral.

Artigo 63°. É de competências dos Diáconos e Cooperadores:

I. Auxiliar nos atos dos cultos e Santa Ceia;

II. Cumprir os encargos atribuídos pelo Pastor Presidente;

III. Serem solícitos com os membros da AD CAMPO NOVA VIDA, principalmente no que se refere à Ação Social.

IV. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto.

TÍTULO X – BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/FINANCEIRAS

Capítulo. Único - Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis/financeiras

Artigo 64°. O Balanço financeiro anual da AD CAMPO NOVA VIDA, inicia-se no dia 01 de janeiro e terá o seu fechamento no dia 31 de dezembro e será apresentado em Assembleia Geral em janeiro do ano seguinte.

Artigo 65°. A AD CAMPO NOVA VIDA mantém a escrituração de suas receitas, despesas e mutações patrimoniais, em livros revestidos de todas as formalidades legais que asseguram a sua exatidão e de acordo com as exigências específicas de direito comercial.

TÍTULO XI – REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL Capítulo. Único – Reforma do Estatuto Social

Artigo 66°. O presente Estatuto só poderá ser reformado, quando for da conveniência da AD CAMPO NOVA VIDA, quando da votação por maioria simples dos seus membros presentes por meio de convocação em Assembleia Geral Extraordinária.

TÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS Capítulo. Único – Disposições Gerais

Artigo 67°. O campo de atuação ministerial da IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS CAMPO NOVA VIDA DA VILA JUVENAL – ACARÁ – PÁ, abrange em sua área de atuação territorial a sede, na Vila Juvenal, PA 252, km 30, à direita o Campo Caná da Galiléia, Acará – PA e Campo Boa Esperança – Mojú – PA, à esquerda Campo Filadélfia do Acará e Campo Vila Formosa, Acará – PA, Frente Campo Jambú – Açu, Mojú - PA e Fundo Campo Ebenézer – Vila Guarumã, Acará – PA, onde mantém congregações filiadas, que são subordinadas à Igreja Central, conforme os limites estabelecidos pela COMIEADEPA.

Artigo 68º Qualquer membro que ocupar cargos na Diretoria, inclusive o Pastor Presidente, Comissão de Exames de Contas ou direção de Igrejas e Congregações filiadas, e deseja candidatar-

André Coello Ribeiro Tabelão Registrador Substituto

A A

AP.

se, a cargo eletivo, não deverá afastar-se de suas atividades enquanto perdurar seu intento, e não poderá fazer uso do altar para campanha política.

É expressamente vedado aos membros do Conselho Eclesiástico, Conselho Administrativo, Ministério Geral, Membros e congregados da AD CAMPO NOVA VIDA; prestar aval ou fiança em nome da AD CAMPO NOVA VIDA.

Artigo 70°. A Consagração de Evangelistas e Pastores Locais, Presbíteros, Missionários e Separação de Diáconos e Cooperadores serão realizadas pelo Pastor Presidente com anuência do Conselho Eclesiástico, sendo apresentados solenemente em Assembleia Geral, de acordo com a Palavra de Deus e pela imposição de mãos.

Artigo 71°. A AD CAMPO NOVA VIDA, por sua ordem e doutrina está vinculada fraternalmente a outras Igrejas da mesma fé, a Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Pará (COMIEADEPA) e Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB).

Artigo 72°. A AD CAMPO NOVA VIDA, não responde, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelos seus membros.

Artigo 73°. A AD CAMPO NOVA VIDA, para melhor estruturar suas atividades visando à consecução das suas finalidades poderá criar Congregações, departamentos, ONGS, Centros, Setores, Secretarias, Comissões, Ministério, quantos forem necessários, desde que sejam obedecidas as normas do presente Estatuto.

Artigo 74°. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral.

Artigo 75°. Este Estatuto passa a vigorar após aprovação e registro em Cartório no Município de Acará - PA.

Vila Juvenal, Acará – PA, 07 de fevereiro de 2025.

Taveiras

Lúcio Santana Magno Presidente

CPF: 443.598.882-87

Taveiras

beere beer beere b

José Forcios do Silva José Farias da Silva Filho Vice Presidente

CPF: 933.209.142-00

Taveiras

José Gabriel Formira da Silva

Secretário

CPF: 021.760.812-42

for Substituto

Cartório Taveira - Único Oficio de Acará/PA - Sede
Avenida Comandante Pedro Vinagre, s/n, Ed. Pedro Paulo, 1º andar, bairro Centro, Acará, PA, CEP 68690000, Fone (91)
98587-9887 - email: cartoriotaveira@gmail.com
Antonio Alberto Taveira des Santes - Tabalião o Pagistro dos Titulos

Antonio Alberto Taveira dos Santos - Tabelião e Registrador Titular André Coelho Ribeiro - Tabelião e Registrador substituto

000062

CERTIDÃO PELA AVERBAÇÃO

Acará, 06 de maio de 2025

André Coe Ribeiro

Tabelião e Registrador Substituto

SEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SELO DIGITAL CERTIDÃO Nº: 002710558 - SERIE: A - SELADO EM: 06/05/2025 CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 8550172000002938446089040

QTD ATO	BMOLU	MENTOS	FRJ	FRC .		
1		53,70	8,06	1,34		

BOTO BOSA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

número de inscrição 09.026.882/0001-39 MATRIZ		INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 25/04/2007
NOME EMPRESARIAL IGREJA EVANGELICA A	SSEMBLEIA DE DEUS	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO ASSEMBLEIA DE DEUS	(NOME DE FANTASIA) VILA JUVENAL	PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIV 94.91-0-00 - Atividades o	ridade econômica principal de organizações religiosas ou	filosóficas
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS AT 94.99-5-00 - Atividades a	IVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS	anteriormente
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 322-0 - Organização Rel		
GRADOURO ROD 252 ACARA MOJU		0 COMPLEMENTO KM 30
CEP 68.690-000	BAIRRO/DISTRITO VILA JUVENAL	MUNICIPIO ACARA PA
ENDEREÇO ELETRÔNICO escritoriobetel@superi	g.com.br	TELEFONE (91) 3235-0375/ (91) 3234-0346
ENTE FEDERATIVO RESPONS/	ÁVEL (EFR)	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/04/2007
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 13/05/2025 às 11:53:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1







CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS

CNPJ: 09.026.882/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n^0 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 10:46:50 do dia 26/08/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/02/2026.

Código de controle da certidão: **3168.C30C.E0D3.6C51** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Nome: NÃO CONSTA

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

CNPJ: 09.026.882/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que NÃO CONSTAM, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, incritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 10:47:28 do dia 26/08/2025

Válida até: 22/02/2026

Número da Certidão: 702025081943865-8

Código de Controle de Autenticidade: CD004D2A.7DCCB423.BEA744B8.DE4981EC

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6° da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense. SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

Nome: NÃO CONSTA

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

CNPJ: 09.026.882/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que NÃO CONSTAM, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, incritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 10:47:28 do dia 26/08/2025

Válida até: 22/02/2026

Número da Certidão: 702025081943866-6

Código de Controle de Autenticidade: 8A5A0FF8.9230DC94.F86417FF.89CFF608

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9° da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense. SERVIÇO GRATUITO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.026.882/0001-39 Certidão n°: 49526777/2025

Expedição: 26/08/2025, às 10:53:50

Validade: 22/02/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **09.026.882/0001-39, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.







PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nº:

0000253/2025

CPF/CNPJ:

09.026.882/0001-39

Contribuinte:

IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN e a inscrições em Dívida Ativa do Município junto à Procuradoria Jurídica do Município - PROJUR.

Esta certidão se refere à situação fiscal no âmbito da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN e da Procuradoria Jurídica do Município e abrange os tributos previstos nos artigos 145 e 156 da Constituição Federal e está em conformidade com o artigo 205 da Lei Federal nº 5.172/66.

Certidão emitida com base no art. DA LEI MUNICIPAL Nº 224, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017 - Código Tributário do Município e artigo 1º, do Decreto Nº 009 DE 24 JANEIRO DE 2023.

Emitida em:

29/08/25 11:50

Validade:

31/10/2025

ACARÁ (PA), 29 de Agosto de 2025

Observações:

- Certidão sem validade para fins de transferência de imóvel em cartório.
- Certidão emitida gratuitamente, pela internet, conforme modelo definido no Anexo II, do Decreto Nº 009 DE 24 JANEIRO DE 2023.
- A informação do número do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
- · A aceitação desta certidão está condicionada à verificação por meio do QR Code constante neste documento.

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

09.026.882/0001-39

Razão

IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS

Social: Endereço:

RODOVIA 252 ACARA MOJU SN KM 30 / VILA JUVENAL / ACARA / PA / 68690-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:13/08/2025 a 11/09/2025

Certificação Número: 2025081307571773177642

Informação obtida em 26/08/2025 10:55:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

Certifico, que a requerimento da parte interessada, revendo os registros de distribuição, de 1º de janeiro de 1980, até a presente data, em face de IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS, CNPJ 09.026.882/0001-39, NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1º grau, 2º grau e nos Juizados Especiais do Estado do Pará, referente a AÇÕES CÍVEIS em que é parte como requerido(a).

Observações:

- 1. Certidão expedida gratuitamente, através da Central de Distribuição deste Fórum.
- 2. A informação do nº do CPF ou CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário, sob pena de incorrer na prática dos atos típicos previstos nos arts. 299 § 1º, art.301 e 304 do Código Penal Brasileiro.
- 3. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Pará(www.tjpa.jus.br), no menu de consultas.
- 4. Este documento é válido somente por 90(noventa) dias.
- 5. A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, até 90(noventa) dias após sua expedição.



segunda-feira, 1 setembro, 2025	MARCELO S COSTA:4100	ANTOS	Assinado de forma digital por MARCELO SANTOS COSTA:41001702204 Dados: 2025.09.02 14:16:28 -03'00'
Serviço de Emissão de Certidão Cível	*		
Divisão de Distribuição de Feitos Civeis			
Diretoria do Fórum Cível			

As informações contidas nesta Certidão referem-se a existência de Ações de Execução Fiscal, Municipal ou Estadual, Execução patrimonial, Falência e recuperação Judicial(Concordata), Civel e Comercial, Familia, Interdição/Tutela/Curatela, Inventário e etc...

Certidão em conformidade com o provimento 19/2009 - CJRMB, que institui certidão única para feitos cíveis.

Certidão expedida gratuitamente em :

01/09/2025 12:55:18

Está certidão é emitida apenas para pessoas com maior idade civil.

CONTROLE: 09011213340291 Válida até 30/11/2025 00:00:00

Libra (camila.smatos)

Comprovação de autenticidade da certidão no site http://www.tjpa.jus.br







Consulte autenticidade via QR Code.

000072

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

ALVARÁ DIGITAL - 2025

LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

CNPJ

DATA DE ABERTURA

ÁREA (M²)

821953

09.026.882/0001-39

25/04/2007

432,00

RAZÃO SOCIAL

NOME FANTASIA

IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS

IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS

CNAE - ATIVIDADE PRINCIPAL

9491-0/00 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS OU FILOSÓFICAS

NATUREZA JURÍDICA ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA

LOCALIZAÇÃO

RODOVIA PA 252 KM 30, VILA JUVENAL, N°0 BAIRRO: ZONA RURAL CEP: 68690-000 ACARÁ - PA

PORTE DA EMPRESA

DEMAIS

DIAS E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

QUARTA-FEIRA

SEXTA-FEIRA

DOMINGO

De 19:00h às 21:00h

De 19:00h às 21:00h

De 08:00h às 21:00h

Nº DO PROTOCOLO

L202500000735

VALIDADE

31/12/2025

COM BASE NO ART. 145, II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 78 DA LEI Nº 5.172/1966 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - CTN) E ART. 200 e 201 DA LEI Nº 224/2017 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - CTM), O PRESENTE CONTRIBUINTE FIRMA COMPROMISSO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE CONHECE E ATENDE OS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS PARA O FUNCIONAMENTO E O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS CONSTANTES DO OBJETO SOCIAL, NO QUE RESPEITA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, AS ATIVIDADES DOMICILIARES E RESTRIÇÕES AO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS. ACESSIBILIDADE E DE SEGURANÇA SANITÁRIA, AMBIENTAL E DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO, ASSIM COMO, O NÃO ATENDIMENTO A ESTES REQUISITOS ACARRETARÁ A SUSPENSÃO E CASSAÇÃO SUBSEQUENTE DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

IMPORTANTE:

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO SOMENTE PARA LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACIMA MENCIONADAS, DEVENDO SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO E À POPULAÇÃO EM GERAL, SOB PENA DAS SANÇÕES PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

*** AS ATIVIDADES PODERÃO SER CONSULTADAS VIA QR CODE ***
OBSERVAÇÕES:
SEM OBSERVAÇÃO

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS, inscrita no CNPJ sob o nº 09.026.882/0001-39, por intermédio de seu representante legal LUCIO SANTANA MAGNO, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2185503 PC/PA inscrito(a) no CPF sob o nº 443.598.882-87, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, bem como do inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Vila Juvenal – Acará – PA, 26 de agosto de 2025

Lucio Santana Magno

TERMO DE DOAÇÃO

Eu Francisco Xavier da Conceição, brasileiro, casado, nascido e domiciliado neste Município de Acará - PA, portador do RG: 9483605 e CPF: 092.332.372-49 declaro, para os devidos fins e direito que, possuindo livre e desembaraçado um terreno, medindo 90m de frente por 50m de comprimento, localizado na PA 252, Km 30, Ramal Sta Bárbara, Comunidade Betel, extrema a direita o Sr. Manoel Gomes; a esquerda o Sr. Luiz Macio Dias; fundo Sr. Manoel Gomes e frente Sr. Luiz Macio Dias, resolvi, de livre e espontânea vontade, de acordo com minha esposa Marcionila Dias da Conceição, RG: 3674040 e CPF: 763.260.982-20, brasileira, nascida e domiciliada neste Município de Acará - PA, doar a 30 anos atrás, em janeiro de 1995, para a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Km 30, Campo Nova Vida – Vila Juvenal, Acará – PA, CNPJ: 09.026.882/0001-39. A rogo de Marcionila Dias da Conceição por a mesma não saber assinar, assina o rogado Rosiane da Conceição Pastana, brasileira, casada, nascida e domiciliada neste Município de Acará - PA, portadora do RG: 5930541 e CPF: 011.775.892-22. Desde a data citada, janeiro de 1995 a presente propriedade passou a pertencer à referida Instituição Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Km 30, Campo Nova Vida - Vila Juvenal, a quem passo o presente documento assinado na presença de duas testemunhas idôneas e reconhecido em cartório.

Francisco Xavier da Conceição
Doador

Robicone do Conceição Partona

Marcionila Dias da Conceição
Esposa do Doador

Lúcio Santana Magno
Representante Legal da Igreja
Pastor Presidente

Conta Mês

06/2025

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

000075

CNPJ:04.895.728/0001-80 | Insc. Estadual:150.744.80-3 Rodovia Augusto Montenegro, km 8,5 Coqueiro - Belém - PA CEP: 66.823-010

Tipo de Fornecimento:BIFÁSICO Classificação: Comerc. Templos Religiosos Tensao Nominal Disp: 127 V Lim Min: 116 V Lim Max: 133 V IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS INSTALAÇÃO: 11181783 CNPJ: **,***.882/000*-** Parceiro de Negócio 20155892 RD ACARA MOJU, 6, KM 30 KM 30 CEP: 68690-000 ACARA - ACARA - PA Conta Contrato 11181783 Total a Pagar

Vencimento

17/06/2025

Nº de Dias Próxima Leitura Leitura Anterior Leitura Atual Data das 09/06/2025 10/07/2025 08/05/2025 Leituras



NOTA FISCAL Nº 129611419 - SÉRIE 000 / DATA DE EMISSÃO: 10/06/2025 Consulte pela Chave de Acesso em: https://dfe-portal.svrs.rs.gov. br/NFE/Consulta chave de acesso: 15250604895728000180660001296114191036257234 Protocolo de autorização: 3152500016789185 -10/06/2025 às 14:10:36

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE	
DEBITOS:05/2025 H\$233,11 Periodos: Band. Tarif.: Amarela: 09/05 - 31/05 Vermelha: 01/06 - 09/06	Bandeira Tarifaria Vermelha Patamar 1 Jun/25 custo adicional de H\$ 4,463 a cada 100 kwi

R\$ 474,19

itens de Fatura Consumo (kWh)	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/ COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)	Tributo	Base(R\$) 0,00	Aliquota(%)	0,00
Adicional Bandeira	348	1,016839	0,938450	27,29	0,00	353,86 5,10	PIS	363,68 363,68	1,3751 6,3379	5,00 23,04
dicional Bandeira				0,39 0,36	0,00	4,72				
ITENS FINANCEIROS						106,79	JUI	1/24		423
Cip-Ilum Pub Pref Munic Multa						2,70	JUL	/24		383
Correção Monetária						0,30	8 AG	0/24		310
Juros						0,72	N SE	T/24		262
				*			s NA	V/24		410
								Z/24 N/25		247
							O JA	W/25		358
							L			234
							W FEV	25		190
							h MA	R/25		216
							AB	R/25		137
								1/25		170
						Y	11	V/25		348
								Ativo		

Medidor	Grandeza	Posto Horano	Anterior	Atual	Medidor			1100011000	
27001188076	Consumo	ATIVO TOTAL	5.183	5.531	1,00	348 kWh	3E	59.05F4.B033.BEDB.0	0724.4F48.C3B1.8C17
							Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
							3371/24	10/06/2025	
							J		The state of the s

REAVISO DE VENCIMENTO

O não pagamento dos débitos até 25/06/2025 implicará na suspensão do fornecimento de energia. Havendo

Débitos Anteriores suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade ou consumo de energia, o que for maior. Após

MÉS/ANO

VALOF ou ciclos de faturamento contados da suspensão, o contrato poderá ser encerrado. Para religação será necessário pagar uma taxa e faturas em aberto. Caso efetuado efetuado o pagamento, favor desconsiderar.

05/2025 233,11



LIGUE GRÁTIS 0800 091 01 96

ARCON-PA: 0800 727 0167 Ligação granulta de telefones fiuno.

ague através do PIX.

•	BANCO DO	PDACII		001-0001	on nonno	03373 384	1134	11407.666	178 1 0000000004741	9 ^{Pague} através do PIX.
	LOCAL DE PAGAMENTO	DNASIL		001-9001	30.00003	00070.00		114071000	VENCIMENTO	É mais facilidade pra
	PAGÁVELPREFER	ENCIALMENTE	NO BANCO DO	OBRASIL	: INSTALAÇÃO			. REFERÊNCIA	17/06/2025	você.
_	EQUATORIAL PAR				11181783			06/2025	NOSSO NÚMERO	Para realizar o pagamento,
-	10/06/2025	0202506129	611419		ECIE MOEDA	N OVANTIDADE	10/06		33733841311407666	utilize o QR CODE abaixo.
-	USO DO BANCO		17	RS			VALOR		474,19	- misessessessessesses
-	INFORMAÇÕES DE RE EM CASO DE ATRASO	ESPONSABILIDADE AS INSTAS, JUROS , MULTAS, JUROS	DO BENEFICIÁRI BANCÁRIAS E CORREÇÃO SE	O RÃO COBRADOS N	A PRÓXIMA FATURA	L			(·) OUTRAS DEDUÇÕES	
-	NOME DO PAGADOR/			001-39					(+) MULTA	
-									(+) OUTROS ACRÉSCIMOS (=) VALOR COBRADO	

Ficha de Compensação



Banpará FICHA PROPOSTA DE ABERTURA DE CONTA E ADESÃO A PRODUTOS

on the second se		ES	ERVIÇO	S BANCARI	OS - PES	SOA JU	IRIDICA
PARA USO DO BANC							
Consulta do CNPJ Còdi Regular 75		Nome da ACARA					
N° da Conta Corrente	N° da Conta Pou				ta de Abertura		
10188657		30	12930		21/02/20	25	
1. QUALIFICAÇÃO DO					Production of the second		
CNPJ	Razão Social						
09.026.882/0001-39	IGREJA EVANG	AND AND THE REAL PROPERTY OF THE PROPERTY OF T	SEMBLE!	A DE DEUS			
0,00 AS	lome Comercial / I SSEMBLEIA DE D		JUVENA	L		a Constit 4/2007	uiçao
Ramo de Atividade							
9491000 - Atividades de							
Capital Social	Contr	role Acioná	rio	Data		na Cons	
Capital Realizado		-				ciação F	Market and the control of the contro
N° do Último Registro		CEP 6869	0-000 F	Tipo Logrado RODOVIA	uro	1	lúmero
Endereço	**************************************		Complen	nento			
252 ACARA MOJU			KM 30				
Cidade			Bairro			UF	
ACARA		NACASANA SANJANANA KANDININA BIRANGA B	VILA JU	VENAL		PA	
DDI DDD Telefone	DDI DDD F	ax	E-Mail				
91 3235-0375			escritorio	betel@supe	rig.com.b	<u>r</u>	
2. DENOMINAÇÃO DA							
SIGLA	Nome da Co		SSEMBLE	IA DE DEUS			
3. CONTATOS E END	EREÇO PARA CO	DRRESPO	NDÊNCIA	Versal and the		and all the state of	
CEP Tipo Log	radouro	Endereço					Número
68690000 RODOVIA		252 ACA	RA MOJU	Company of the Compan			
Complemento	Cidade			Bairro			UF
KM 30	ACARA			VILA JUVEI		. Imp	PA
DDI DDD Telefone 91 32350375		DDI	DDDCelu	llar	DDI DDD	Fax	
Email							
escritoriobetel@superig							
4. ACIONISTAS / SÓC	IOS / TITULARE						
Nome LUCIO SANTANA MAGNO		CPF / C	NPJ 443.598	.882-87		nalidade ILEIRA	
Data de Entrada (Mês	e Ano) Soc. Limit	ada Valor (Quotas (R	\$) Soc	. Anônima	a (% s/C	ap)
12/2024				Cap. Vo	otante	Cap.	Total
Nome		CPF/C	NP.I		Nacio	nalidade	
THALYSON DANIEL FAGU	JNDES		025.658	.322-65	1	BILEIRA	
Data de Entrada (Mês		tada Valor (. Anônim		(ap)
12/2024				Cap. V		A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	Total
E DIDETABLE / PÁG	IOS CEDENTES						
5. DIRETORES / SÓC	100-GENENIES						